



**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

**RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO E CONTROLO**

**2020**

## ÍNDICE GERAL

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ARTIGO 11.º DO D.L. N.º 232/2007 (RJAAE) .....</b>	<b>5</b>
<b>3. EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ARTIGO 11.º DO D.L. N.º 232/2007 (RJAAE) .....</b>	<b>14</b>
<b>4. PROPOSTA DE REVISÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>22</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS, OBJETIVOS, INDICADORES E MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS, POR FCD .....	6
QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS, OBJETIVOS, INDICADORES E MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS, POR FCD (CONT.) .....	7
QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS, OBJETIVOS, INDICADORES E MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS, POR FCD (CONT.) .....	8
QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS, OBJETIVOS, INDICADORES E MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS, POR FCD (CONT.) .....	11
QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS, OBJETIVOS, INDICADORES E MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS, POR FCD (CONT.) .....	13
QUADRO 2 - MONITORIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE CONTROLO ESTABELECIDAS NA DECLARAÇÃO AMBIENTAL .....	15
QUADRO 2 - MONITORIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE CONTROLO ESTABELECIDAS NA DECLARAÇÃO AMBIENTAL (CONT.) .....	16
QUADRO 2 - MONITORIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE CONTROLO ESTABELECIDAS NA DECLARAÇÃO AMBIENTAL (CONT.) .....	17
QUADRO 2 - MONITORIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE CONTROLO ESTABELECIDAS NA DECLARAÇÃO AMBIENTAL (CONT.) .....	19
QUADRO 2 - MONITORIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE CONTROLO ESTABELECIDAS NA DECLARAÇÃO AMBIENTAL (CONT.) .....	20

## 1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório de Monitorização e Controlo do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da Revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha (RPDM-Batalha), elaborado no âmbito do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio, que estabelece o regime jurídico da avaliação ambiental estratégica (RJAAE).

O RPDM-Batalha foi aprovado pela deliberação da Assembleia Municipal da Batalha em reunião realizada a 26 de junho de 2015 e publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 168 de 28 de agosto de 2015, através do Aviso n.º 9808/2015. No âmbito do seu processo de elaboração, o RPDM-Batalha foi qualificado e sujeito a AAE, da qual resultou uma Declaração Ambiental, que foi enviada à Agência Portuguesa do Ambiente (conjuntamente com o Relatório Ambiental), em cumprimento do disposto no Artigo 10.º do RJAAE.

Por força da legislação vigente, emanada das Diretivas Comunitárias aplicáveis, a monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica torna-se fundamental, quer do ponto de vista do desempenho ambiental à execução dos projetos decorrentes dos processos de planeamento, quer ainda, dos seus impactos sobre o ambiente. Esta importância é aliás sublinhada no RJAAE, no seu Artigo 11.º, quando refere que “... as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respectiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.”.

É neste contexto, que cumpre agora submeter à consideração da Câmara Municipal da Batalha, o Relatório de Monitorização do RPDM-Batalha, tendo como objetivo subjacente, o legalmente estabelecido: avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrente da respetiva execução do Plano Diretor Municipal.

## 2. MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ARTIGO 11.º DO D.L. N.º 232/2007 (RJAAE)

Os principais riscos ambientais associados à concretização da RPDM-Batalha identificados no Relatório Ambiental e na Declaração Ambiental motivaram, em pleno cumprimento do disposto no Artigo 11.º do RJAAE, a assunção pela Câmara Municipal da Batalha, de um conjunto de medidas de gestão ambiental, que foram alvo de monitorização/verificação na fase de seguimento do Plano Diretor Municipal, de forma a identificar e corrigir, atempadamente, os efeitos negativos imprevistos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do plano.

Com este objetivo, foi elaborado um Programa de Gestão e Monitorização Ambiental que pretende assegurar a garantia de cumprimento das diretrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação, aquando da execução da RPDM-Batalha. Neste programa foram definidas medidas de gestão ambiental a desenvolver durante a execução do PDM, que contribuiriam para o município atingir as metas de sustentabilidade que preconizou, por forma a alcançar as metas definidas em documentos estratégicos.

Neste sentido, o acompanhamento da execução do plano, relativo aos aspetos de sustentabilidade ambiental, foi efetuado através da monitorização de indicadores de avaliação estratégica estabelecidos no Relatório Ambiental e também representados na Declaração Ambiental.

No quadro seguinte, são identificados os critérios e objetivos, por Fator Crítico de Decisão (FCD), elencados como pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação da RPDM-Batalha, e definem-se os indicadores de gestão ambiental a monitorizar:

**Quadro 1 - Identificação dos Critérios, Objetivos, Indicadores e medidas de controlo previstas, por FCD**

FCD	CRITÉRIO	OBJETIVOS	INDICADOR	MEDIDAS DE CONTROLO RECOMENDADAS
Riscos Naturais e Tecnológicos	Inundações	Prevenir e reduzir o risco de inundação, garantindo a segurança de pessoas e bens, através de um correto ordenamento do território nas áreas de risco restringindo a edificação e controlando a impermeabilização e erosão dos solos.	Área inundada	Avaliação e ponderação dos interesses ambientais, económicos e sociais dos usos a implantar nas áreas onde ocorram linhas de água ou zonas ameaçadas pelas cheias. Definir normas específicas para a edificação, sistemas de proteção e de drenagem e medidas de manutenção e recuperação das condições de permeabilidade dos solos, segundo o DL n.º 364/98, de 21 de novembro. Realização de um estudo de identificação da cota de cheia.
			Quantificação dos danos materiais e humanos, provocados por inundações	
			Área com vulnerabilidade à ocorrência de inundação	
			Novos edifícios em áreas com risco de inundação	
			Recuperação de edifícios em áreas com risco de inundação	
	Instabilização de Vertentes	Restringir a edificação e a construção de infraestruturas em áreas de instabilidade de vertentes	N.º de ocorrências	Proibir a construção de edificações e de infraestruturas em áreas com risco de movimento de vertente. Nas áreas com risco de erosão em que se proceda à reflorestação deve ser estipulado que se atenda à vegetação definida no PROF-CL Identificar normas restritivas que assegurem a manutenção do equilíbrio ecológico. Articular com sistemas de incentivos setoriais que visem a qualificação e a promoção do espaço florestal sustentável.
			Quantificação dos danos materiais e humanos, provocados por movimento de massa	
			Vias de circulação cortadas por este tipo de ocorrência	
	Incêndios	Prevenir e reduzir o risco de incêndio florestal e impedir a expansão urbana em áreas com perigosidade elevada, garantindo a segurança de pessoas e bens.	Incêndios Florestais	Privilegiar o uso de espécies autóctones características da flora da região pois, estas têm maior capacidade de resistência ao fogo. Proibir a plantação de espécies arbóreas de produção nos espaços urbanos.
			Quantificação dos danos materiais e humanos, incluindo perdas nos povoamentos	
			Área Florestal ardida recuperada ou requalificada ambientalmente	
	Indústrias Perigosas	Assegurar a segurança de pessoas e bens relativamente à localização de indústrias perigosas	N.º de ocorrências em Espaços Industriais	Assegurar o tratamento de águas residuais e a recolha e o tratamento de resíduos sólidos resultantes das atividades industriais. Condicionar o atravessamento dos aglomerados por veículos que transportem matérias perigosas. Garantir a qualidade ambiental existente nas zonas industriais existentes e a criar. Assegurar a fiscalização nas zonas industriais.
			N.º de Indústrias perigosas	
			N.º de acidentes rodoviários envolvendo o transporte de resíduos perigosos	
	Sismo	Assegurar a segurança de pessoas e bens relativamente à ocorrência de sismos	Quantificação dos danos materiais e humanos, provocados por sismos	Compatibilização dos usos e atividades a desenvolver nas áreas identificadas com potencial deslizamento de terras. Assegurar a obrigação de aplicação de todas as normas e técnicas em matéria de construção antisísmica.
			N.º de ocorrências	

Quadro 2 - Identificação dos Critérios, Objetivos, Indicadores e medidas de controlo previstas, por FCD (cont.)

FCD	CRITÉRIO	OBJETIVOS	INDICADOR	MEDIDAS DE CONTROLO RECOMENDADAS
Recursos Naturais	Biodiversidade	Proteger e promover a diversidade biológica e garantir a existência de um <i>continuum naturale</i> no concelho.	Planos de Gestão para as Áreas Classificadas	Assegurar a introdução de folhosas autóctones nestes espaços e proibir a plantação do eucalipto. Desenvolvimento de um programa de implementação e gestão da EEM. Definir unidades de conservação constituídas por habitats que pelas suas características devem ser agrupados, promovendo uma gestão integrada e eficaz.
			Espécies faunísticas e florísticas ameaçadas e protegidas	
			Espécies Endémicas	
			Licenciamentos em áreas RN2000	
			Área de Infestação com espécies exóticas invasoras	
			Ações de controlo de espécies exóticas invasoras	
	Florestas	Ordenar e qualificar o espaço florestal.	% da área do concelho com Plano de Gestão Florestal	Desenvolvimento de mecanismos operativos que promovam iniciativas ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis, nas áreas florestais, em particular nas áreas florestais de proteção. Privilegiar a reflorestação com as espécies definidas no PROF-CL.
			Regime florestal	
			Percentagem de REN com ocupação compatível	
			Floresta ocupada por povoamentos mistos de autóctones	
	Recursos Hídricos	Proteger os leitos dos cursos de água e as suas margens e salvaguardar a formação cársica de Dogger, atendendo à sua importância/vulnerabilidade (aquíferos).	Investimento Público no ordenamento das margens dos cursos de água	Proteger e fomentar a galeria ripícola e definir no regulamento mais medidas de salvaguarda do Modelado Cársico. Promover uma gestão conjunta e integrada com os Municípios da região, de modo, a garantir-se a boa qualidade dos mesmos.
			Qualidade das águas superficiais e subterrâneas	
			Linhas de água artificializadas e renaturalizadas	
		Áreas de máxima infiltração (REN)		

**Quadro 3 - Identificação dos Critérios, Objetivos, Indicadores e medidas de controlo previstas, por FCD (cont.)**

FCD	CRITÉRIO	OBJETIVOS	INDICADOR	MEDIDAS DE CONTROLO RECOMENDADAS
População	Espaços Verdes, Desportivos e de Lazer para Utilização Coletiva	Garantir a criação de espaços verdes de proximidade e de equipamentos de utilização coletiva, aumentando a qualidade das áreas urbanas existentes ou propostas.  Assegurar o acesso aos espaços públicos de utilização coletiva.	Capitação de Espaços Verdes Públicos	Recomenda-se a arborização das ruas em espaço urbano.  Desenvolver projetos ao nível do espaço público que prevejam áreas permeabilizadas, de preferência, com recurso à colocação de espécies vegetais que conciliem os aspetos de segurança e sombreamento, e que criem condições de conforto à permanência e circulação do peão.  Assegurar a continuidade dos espaços verdes públicos, designadamente através da arborização de arruamentos e da defesa dos espaços verdes privados.  Requalificação de espaços verdes públicos em todos os aglomerados urbanos do concelho.  Monitorizar a implementação de medidas preventivas para minimizar os índices de ruído na área para equipamentos coincidente com área sensível, consoante o tipo de equipamento eventualmente instalado.
			N.º de Intervenções nos Espaços Verdes Públicos Existentes	
			Espaços Verdes Criados	
			Capitação de Equipamentos Desportivos e de Lazer	
			N.º de Intervenções nos Equipamentos Desportivos e de Lazer	
			Equipamentos Desportivos e de Lazer criados	
			Taxa de ocupação dos equipamentos	
			Medidas de minimização de poluição sonora e relativas a recetores expostos ao ruído implementadas.	
	População exposta a níveis sonoros superiores aos valores limite de exposição previstos no Regulamento Geral do Ruído			
	Parque Escolar	Assegurar o enquadramento dos parques escolares garantindo a melhoria da sua qualidade e conforto.	Investimento no Parque Escolar	Garantir a existência de espaços verdes de proximidade e de equipamentos de utilização coletiva na vizinhança dos estabelecimentos de ensino.
			População Escolar	
			Espaços Verdes Públicos e Equipamentos de Utilização Coletiva na proximidade dos Estabelecimentos de Ensino	
	Estrutura Urbana	Conter a expansão urbana ao longo das vias, privilegiando um modelo de desenvolvimento policêntrico.	Estrutura Ecológica Municipal, por Tipologia de Ocupação/Use	Garantir que os projetos urbanísticos assegurarão uma equilibrada integração na paisagem, em particular nas imediações das áreas qualificadas como EEU.
			População Ativa por setor de atividade	
			Lares de Idosos e Centros de Dia	
			Densidade de fogos por perímetros urbanos	
			Impermeabilização do Solo	
			Implementação das medidas do plano de redução do ruído	
N.º de Reclamações dos Municípios relativamente ao ruído				



FCD	CRITÉRIO	OBJETIVOS	INDICADOR	MEDIDAS DE CONTROLO RECOMENDADAS
	<b>Infraestruturas Urbanas</b>	Acautelar a qualidade da água para o consumo humano garantindo a salvaguarda dos perímetros de captação de água para abastecimento público, assim como a qualidade das redes de distribuição.	Taxa de ocupação do Espaço Urbanizável	<p>Promoção de campanhas de sensibilização ambiental (e.g. separação doméstica).</p> <p>Assegurar o sistema de drenagem de águas residuais a todos os núcleos urbanos.</p> <p>Promover uma gestão conjunta e integrada com os Municípios da região, de modo, a garantir-se a boa qualidade dos mesmos e definir mais medidas regulamentares de salvaguarda do modelado cársico.</p>
			População servida por Sistemas de Abastecimento de Água	
			Variação da quantidade de água gasta na rega de espaços verdes	
			Tipo de água utilizada na rega dos espaços verdes (% água bruta, % água residual tratada e/ou % água de abastecimento)	
			Águas pluviais e de infiltração afluentes ao sistema de drenagem	
			Água captada não perdida no sistema de abastecimento	
			População servida por sistema público de drenagem de águas residuais	
			Qualidade da Água para consumo humano	
			Água captada que provém de captações com perímetro de proteção ou de albufeiras de águas públicas com plano de ordenamento definido	
			Taxa de cobertura por ETAR	
	População afetada em situação de escassez de água			
	Reutilização de Águas Residuais Tratadas			
	Produção de Resíduos			
	Reciclagem e Valorização de Resíduos			
	<b>Rede Viária</b>	Estabelecer uma rede viária estruturante, coerente e adequada que permita diminuir a intensidade média de tráfego em locais problemáticos do concelho;	N.º de intervenções para a construção de passeios e ciclovias	<p>Enquadramento paisagístico das infraestruturas.</p> <p>Promoção de uma política de transportes coletivos que promova o acesso aos serviços e equipamentos com maior área de influência.</p> <p>Em novas pavimentações, os materiais devem minimizar, sempre que possível, a impermeabilização dos solos e devem igualmente</p>
Rede viária qualificada				
Emissão de gases com efeito de estufa				
N.º e Tipologia de medidas de atenuação previstas para as áreas RN2000				

FCD	CRITÉRIO	OBJETIVOS	INDICADOR	MEDIDAS DE CONTROLO RECOMENDADAS
		Aumentar a oferta do sistema de transporte coletivo; Minimizar o efeito barreira e a interferência/atravessamento nas unidades de paisagem das grandes rodovias que atravessam o concelho.	Utilizadores da Rede de Transporte Públicos	ser resistentes para que se diminua a necessidade de sucessivas intervenções que acarretam elas próprias impactes negativos. Promover acessos pedonais e percursos cicláveis.
			Veículos da Rede de Transporte Públicos	

**Quadro 4 - Identificação dos Critérios, Objetivos, Indicadores e medidas de controlo previstas, por FCD (cont.)**

FCD	CRITÉRIO	OBJETIVOS	INDICADOR	MEDIDAS DE CONTROLO RECOMENDADAS
Atividades Económicas	Áreas Industriais/ Empresariais	<p>Promover o desenvolvimento local, minimizando os impactes ambientais.</p> <p>Diminuir o atravessamento de veículos de transporte de matérias perigosas em zonas urbanas ou de grande valor ambiental.</p>	N.º e tipologia de empresas criadas	<p>Incentivo ao funcionamento das indústrias em “círculo”, promovendo a reutilização e reciclagem de produtos e matérias-primas.</p> <p>Estabelecer áreas verdes de enquadramento devido às funções de proteção visual, sonora e física que desempenham.</p> <p>Melhorar os sistemas de transporte públicos para as zonas industriais.</p> <p>Melhorar a gestão dos sistemas de tratamento dos efluentes industriais.</p> <p>Requalificação urbana e paisagística das zonas de transição: industrial/residencial e melhorar os sistemas pedonais e cicláveis de acesso às zonas industriais.</p>
	Exploração de Massas Minerais	Minimizar os conflitos com outros usos.	<p>Planos de Recuperação Paisagísticos de Pedreiras</p> <p>Níveis de Poluição Sonora</p> <p>Excedências níveis de concentração de poluentes atmosféricos aos VLE legalmente estabelecidos</p> <p>Reclamações apresentadas pela população</p> <p>Impactes na população provocados pela movimentação de viaturas, nomeadamente a emissão de partículas</p> <p>Reclamações sobre as patologias detetadas nas construções decorrentes da atividade extrativa</p> <p>Reclamações relativas a pavimentos deteriorados (vias e passeios) devido ao tráfego pesado decorrente das explorações</p> <p>Acidentes viários provocados pelo aumento do tráfego pesado na envolvente</p> <p>Resíduos produzidos relacionados com a exploração de massas minerais</p> <p>Qualidade do ar</p>	Assegurar o cumprimento dos planos de recuperação paisagística e das medidas estabelecidas no Regulamento da RPDM-Batalha.

FCD	CRITÉRIO	OBJETIVOS	INDICADOR	MEDIDAS DE CONTROLO RECOMENDADAS
	Turismo	Dinamizar o Turismo no concelho através da valorização do património cultural, da promoção do artesanato concelhio e do incremento do Turismo de Natureza, garantindo a salvaguarda do património natural.	Intensidade Turística	Sem recomendações.
			Taxa de ocupação hoteleira	
			Capacidade de Alojamento	
	Agricultura	Valorizar a atividade agrícola no concelho, garantindo a preservação do recurso solo. Garantir o tratamento dos efluentes provenientes da atividade suínica e os resultantes da produção de azeite.	Superfície Agrícola Utilizada	<p>Promover a agricultura biológica no concelho.</p> <p>Garantir o tratamento das águas resultantes da produção do azeite e definir medidas de salvaguarda do modelado cársico.</p> <p>Incentivar o uso de fertilizantes e pesticidas biodegradáveis.</p>
			População ativa empregada no setor agrícola	
			Ocupação das áreas de RAN ou do solo qualificado como solo agrícola	

Quadro 5 - Identificação dos Critérios, Objetivos, Indicadores e medidas de controlo previstas, por FCD (cont.)

FCD	CRITÉRIO	OBJETIVOS	INDICADOR	MEDIDAS DE CONTROLO RECOMENDADAS
Património Cultural	Património Arquitetónico e Arqueológico	Proteger e valorizar o Património.	Intervenções na envolvente ao património classificado	Promover ações que revitalizem o Núcleo Histórico, aumentando o número de visitantes no mesmo.
			Estado de conservação do património classificado	
			Requalificação de edifícios históricos	Promover a salvaguarda e valorização de forma integrada do património concelhio, sempre que seja necessária a execução de infraestruturas (da competência da Câmara Municipal ou da administração central) que tragam implicações sobre o património concelhio.

### 3. EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ARTIGO 11.º DO D.L. N.º 232/2007 (RJAAE)

De acordo com o previsto no artigo 11º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho na sua atual redação, as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas, avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, devendo verificar a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, com periodicidade mínima anual, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

Neste contexto, apresenta-se a análise á execução das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto RJAAE, expressa, de forma sintética, no quadro seguinte:

**Quadro 6 - Monitorização das Medidas de Controlo estabelecidas na Declaração Ambiental**

FCD	CRITÉRIO	INDICADOR	Valor base	Ano a que se refere o Valor Base /Fonte	Valor Atual de Execução do Plano	Metas pretendidas pela RPDM em vigor
Riscos Naturais e Tecnológicos	Inundações	Área inundada	-	ANEPC   CMB	2410400 m <sup>2</sup>	s/ alteração significativa
		Quantificação dos danos materiais e humanos, provocados por inundações	-	ANEPC  CMB	0	
		Área com vulnerabilidade à ocorrência de inundação	221,72 ha	2015/ANEPC	241 ha	
		Novos edifícios em áreas com risco de inundação	-	CMB	5	
		Recuperação de edifícios em áreas com risco de inundação	-	CMB	13	
	Instabilização de Vertentes	N.º de ocorrências	130	2015/ANEPC	2	s/ alteração significativa
		Quantificação dos danos materiais e humanos, provocados por movimento de massa	-	ANEPC   CMB	0	
		Vias de circulação cortadas por este tipo de ocorrência	-	CMB	2	
	Incêndios	Incêndios Florestais	40,3%	De 1998 a 2008 / ICNF	6,26%	Impacte positivo
		Quantificação dos danos materiais e humanos, incluindo perdas nos povoamentos	-	ANEPC  CMB	0	
		Área Florestal ardida recuperada ou requalificada ambientalmente	-	CMB	2500 m <sup>2</sup>	
	Indústrias Perigosas	N.º de ocorrências em Espaços Industriais	-	ANEPC	0	Impacte negativo
		N.º de Indústrias perigosas	-	CMB	0	
		N.º de acidentes rodoviários envolvendo o transporte de resíduos perigosos	-	ANEPC	0	
Sismo	Quantificação dos danos materiais e humanos, provocados por sismos	-	ANEPC	0	Impacte negativo	
	N.º de ocorrências	-	ANEPC	0		

Quadro 7 - Monitorização das Medidas de Controlo estabelecidas na Declaração Ambiental (cont.)

FCD	CRITÉRIO	INDICADOR	Valor base	Ano a que se refere o Valor Base /Fonte	Valor Atual de Execução do Plano	Metas pretendidas pela RPDM em vigor
Recursos Naturais	Biodiversidade	Planos de Gestão para as Áreas Classificadas	8	2015/CMB	8	Impacte positivo
		Espécies faunísticas e florísticas ameaçadas e protegidas	2	2015/CMB	2	
		Espécies Endémicas	0	2015/CMB	0	
		Licenciamentos em áreas RN2000	-	CMB	75	
		Área de Infestação com espécies exóticas invasoras	-	CMB	0	
		Ações de controlo de espécies exóticas invasoras	-	CMB	0	
	Florestas	% da área do concelho com Plano de Gestão Florestal	-	CMB	0	Impacte positivo
		Regime florestal	-	CMB	1165,5 ha	
		Percentagem de REN com ocupação compatível	-	CMB	0.01%	
		Floresta ocupada por povoamentos mistos de autóctones	-	CMB	-	
	Recursos Hídricos	Investimento Público no ordenamento das margens dos cursos de água	-	CMB	12 177,00 €	s/ alteração significativa
		Qualidade das águas superficiais e subterrâneas	1	2015/APA CCDR-C	0	
		Linhas de água artificializadas e renaturalizadas	-	CMB	-	
Áreas de máxima infiltração (REN)		2934,4 ha	2015/CMB	2934,4 ha		



**Quadro 8 - Monitorização das Medidas de Controlo estabelecidas na Declaração Ambiental (cont.)**

FCD	CRITÉRIO	INDICADOR	Valor base	Ano a que se refere o Valor Base /Fonte	Valor Atual de Execução do Plano	Metas pretendidas pela RPDM em vigor
População	Espaços Verdes, Desportivos e de Lazer para Utilização Coletiva	Capitação de Espaços Verdes Públicos	2,81 m <sup>2</sup> /hab	2015/CMB	4 m <sup>2</sup> /hab	Impacte positivo
		N.º de Intervenções nos Espaços Verdes Públicos Existentes	-	CMB	1	
		Espaços Verdes Criados	-	CMB	4	
		Capitação de Equipamentos Desportivos e de Lazer	5,9 m <sup>2</sup> /hab	2015/CMB	4,9 m <sup>2</sup> /hab	
		N.º de Intervenções nos Equipamentos Desportivos e de Lazer	-	CMB	2	
		Equipamentos Desportivos e de Lazer criados	-	CMB	5	
		Taxa de ocupação dos equipamentos	-	CMB	100%	
		Medidas de minimização de poluição sonora e relativas a recetores expostos ao ruído implementadas.	-	CMB	1	
		População exposta a níveis sonoros superiores aos valores limite de exposição previstos no Regulamento Geral do Ruído	-	CMB	417	
	Parque Escolar	Investimento no Parque Escolar	-	CMB	4 125.587,22 €	Impacte positivo
		População Escolar	-	CMB	774	
		Espaços Verdes Públicos e Equipamentos de Utilização Coletiva na proximidade dos Estabelecimentos de Ensino	-	CMB	12	
	Estrutura Urbana	Estrutura Ecológica Municipal, por Tipologia de Ocupação/Uso	-	CMB	149,25 ha	Impacte positivo
		População Ativa por setor de atividade	49,1%	2015/INE	45,2%	
		Lares de Idosos e Centros de Dia	4	INE	4	
		Densidade de fogos por perímetros urbanos	-	CMB	0,0007 N.º/m <sup>2</sup>	
		Impermeabilização do Solo	-	CMB	7%	
		Implementação das medidas do plano de redução do ruído	-	CMB	1	
		N.º de Reclamações dos Municípes relativamente ao ruído	-	CMB	9	
	Infraestruturas Urbanas	População servida por Sistemas de Abastecimento de Água	-	CMB	98,2%	
		Variação da quantidade de água gasta na rega de espaços verdes	-	CMB	-0,14%	

FCD	CRITÉRIO	INDICADOR	Valor base	Ano a que se refere o Valor Base /Fonte	Valor Atual de Execução do Plano	Metas pretendidas pela RPDM em vigor
		Tipo de água utilizada na rega dos espaços verdes (% água bruta, % água residual tratada e/ou % água de abastecimento)	-	CMB	água bruta-18%; água residual tratada - 0%; água de abastecimento- 82%	Impacte positivo
		Águas pluviais e de infiltração afluentes ao sistema de drenagem	-	CMB	62,58%	
		Água captada não perdida no sistema de abastecimento	-	CMB	80,6%	
		População servida por sistema público de drenagem de águas residuais	-	2015/SIMLIS	11759	
		Qualidade da Água para consumo humano	1	2015/APA	0 %	
		Água captada que provém de captações com perímetro de proteção ou de albufeiras de águas públicas com plano de ordenamento definido	-	CMB	100%	
		Taxa de cobertura por ETAR	-	SIMLIS	87%	
		População afetada em situação de escassez de água	-	Águas do Lena CMB	0%	
		Reutilização de Águas Residuais Tratadas	-	SIMLIS	0 m <sup>3</sup>	
		Produção de Resíduos	-	Valorlis, SUMA	0,42 ton/hab	
		Reciclagem e Valorização de Resíduos	-	Valorlis, SUMA	0,037 ton/hab	
	Rede Viária	N.º de intervenções para a construção de passeios e ciclovias	-	CMB	18	Impacte positivo
		Rede viária qualificada	171,6 Km	201/CMB	430,139 Km	
		Emissão de gases com efeito de estufa	1,856	2015/CCDR-C, INE	1,880 (1)	
		N.º e Tipologia de medidas de atenuação previstas para as áreas RN2000	-	ICNF, CMB	-	
		Utilizadores da Rede de Transporte Públicos	-	CMB	-	
		Veículos da Rede de Transporte Públicos	-	Empresas Concelho	-	

Quadro 9 - Monitorização das Medidas de Controlo estabelecidas na Declaração Ambiental (cont.)

FCD	CRITÉRIO	INDICADOR	Valor base	Ano a que se refere o Valor Base /Fonte	Valor Atual de Execução do Plano	Metas pretendidas pela RPDM em vigor
Atividades Económicas	Áreas Industriais/ Empresariais	N.º e tipologia de empresas criadas	173	2015/CMB, INE, MTSS	173	Impacte positivo
		Exploração de Massas Minerais	Planos de Recuperação Paisagísticos de Pedreiras	-	CMB	35
	Níveis de Poluição Sonora		-	CCDR-C	0	
	Excedências níveis de concentração de poluentes atmosféricos aos VLE legalmente estabelecidos		-	CCRD-C	0	
	Reclamações apresentadas pela população		-	CMB	2	
	Impactes na população provocados pela movimentação de viaturas, nomeadamente a emissão de partículas		-	CCDR-C	0	
	Reclamações sobre as patologias detetadas nas construções decorrentes da atividade extrativa		-	CCDR-C	0	
	Reclamações relativas a pavimentos deteriorados (vias e passeios) devido ao tráfego pesado decorrente das explorações		-	CCDR-C	0	
	Acidentes viários provocados pelo aumento do tráfego pesado na envolvente		-	CCDR-C	0	
	Resíduos produzidos relacionados com a exploração de massas minerais		-	CCDR-C	-	
	Qualidade do ar		-	CCDR-C	0	
	Turismo	Intensidade Turística	3,03	2015/DGT, INE	4,12 (2)	Impacte positivo
		Taxa de ocupação hoteleira	40,8	2015/TP, INE	37,4	
		Capacidade de Alojamento	478	2015/INE	440	
	Agricultura	Superfície Agrícola Utilizada	-	DRAP-C	32,76 %	s/ alteração significativa
		População ativa empregada no setor agrícola	-	INE	-	
Ocupação das áreas de RAN ou do solo qualificado como solo agrícola		-	CMB	1,9		

Quadro 10 - Monitorização das Medidas de Controlo estabelecidas na Declaração Ambiental (cont.)

FCD	CRITÉRIO	INDICADOR	Valor base	Ano a que se refere o Valor Base /Fonte	Valor Atual de Execução do Plano	Metas pretendidas pela RPDM em vigor
Património Cultural	Património Arquitetónico e Arqueológico	Intervenções na envolvente ao património classificado	-	TP	97	Impacte positivo
		Estado de conservação do património classificado	-	TP	-	
		Requalificação de edifícios históricos	-	TP	2	

**LEGENDA:**

-- Lacuna de Informação;

(1) O valor relativo à **Emissão GEE** foi calculado com base no consumo de combustível automóvel no Município da Batalha, por habitante.

(2) Este indicador foi calculado com base na relação entre o número de dormidas e a população residente.

## 4. PROPOSTA DE REVISÃO

Não obstante de nos confrontarmos com a ausência de dados para alguns dos indicadores de sustentabilidade definidos, considera-se, no entanto, ser pertinente manter o desenvolvimento das medidas de controlo com vista a monitorizar-se os principais riscos associados, e afinar-se (sempre que possível) algumas das metas a atingir tendo como base a proposta do Plano Diretor Municipal.

Face à presente análise de execução das medidas de controlo previstas (em conformidade com o disposto no Artigo 11.º do RJAAE) e tendo em conta a especificidade da RPDM-Batalha, propõe-se assim, a seguinte revisão/atualização das Medidas de Controlo, para os seguintes indicadores:

➤ **Linhas de água artificializadas e renaturalizadas**

Considerando que a informação relativa à extensão de manilhas e valetas existentes no Município é insuficiente, sugere-se que este indicador não seja monitorizado;

➤ **Emissão de Gases com Efeito de Estufa (GEE)**

O valor relativo à Emissão de Gases com Efeito de Estufa (GEE) é fornecido pelo INE, no entanto e considerando que corresponde à totalidade de GEE emitidos em Portugal Continental, sugere-se que este indicador passe a ser calculado com base no consumo de combustível automóvel no Município da Batalha, por habitante.

➤ **Resíduos produzidos relacionados com a exploração de massas minerais**

Considerando que cada empresa é responsável pelo encaminhamento e comunicação dos resíduos produzidos (recolha, tratamento e/ou valorização e destino final) junto da Agência Portuguesa do Ambiente, sugere-se que este indicador não seja monitorizado;

➤ **Intensidade Turística**

Este indicador tinha previsto avaliar a relação entre a quantidade de turistas e a população residente, pelo que se sugere que este que seja calculado pela relação entre o número de dormidas e a população residente;

➤ **População ativa empregada no setor agrícola**

Este indicador é fornecido pelo INE, no entanto corresponde à totalidade de população ativa e não especifica o setor agrícola, pelo que se sugere que este indicador não seja monitorizado;

---

## 5. CONCLUSÃO

No que se refere à avaliação do cumprimento dos indicadores de avaliação estratégica estabelecidos no Relatório Ambiental resultante da RPDM-Batalha, verifica-se que todos os Fatores Críticos de Decisão (FCD) estão a ir ao encontro das metas pretendidas, destacando-se o FCD relativo aos **Riscos Naturais e Tecnológicos**, que para os critérios de **“Indústrias Perigosas”** e **“Sismos”**, tinha previsto a ocorrência de impactes negativos, situação que não se veio a verificar, mantendo-se sem alterações significativas.

Pese embora a evolução ocorrida no período de vigência do RPBM-Batalha, entende-se, da maior utilidade, manter o desenvolvimento das medidas de controlo previstas de forma a monitorizar (identificar e corrigir) atempadamente os efeitos negativos imprevistos no ambiente decorrente da concretização/evolução do PDM, propondo-se para o efeito, a atualização das Medidas de Controlo, conforme referidas no ponto 4 (Proposta de Revisão), em consonância com a avaliação dos indicadores apurados e que servirão de base à próxima ação de monitorização.